3. Do conceito antigo ao moderno de história.

As questões abordadas por Hannah Arendt em suas reflexões,²² assim como por outros autores contemporâneos,²³ deixam transparecer um sentimento de desconforto relacionado aos acontecimentos que inauguraram e que continuam ocorrendo no mundo moderno. Arendt promove uma reflexão a respeito desse mundo construído sobre o pilar de conceitos forjados pela era moderna, que teve como característica principal a quebra de toda tradição filosófica anterior ao engendrar uma redefinição de conceitos fundamentais tais como os de ação, história e liberdade. Por sua vez, a redefinição desses conceitos influenciou e influencia até hoje a maneira como os homens olham o mundo e agem nele. Arendt se propõe uma reflexão sobre as implicações desse afastamento da tradição e, sobretudo, a respeito da situação contemporânea dos negócios humanos, o que nos permite um entendimento mais aprofundado da realidade humana atual e da maneira como o homem compreende a si mesmo.

Os acontecimentos mais marcantes do século XX, tais como a ascensão das ideologias fascista, nazista e comunista e o uso da ciência e tecnologia contra o homem, despertaram uma insegurança em relação ao futuro e à ação no presente. Por intermédio do conceito de ação forjado pela era moderna imaginava-se que os mundos criados no futuro por essa ação seriam melhores a ponto de, para dar o exemplo de Hegel,²⁴ permitir preservar o ser humano em sua universalidade por meio do reconhecimento entre todos os indivíduos. Quando as conseqüências de um mundo projetado e construído pela ação e pelo trabalho árduo têm o Holocausto como exemplo, esses ideais passaram a ser problematizados e questionados pelos que presenciaram tal experiência. Além de vítimas fatais e inocentes, ou mesmo por causa desta razão, essa concepção de ação provocou perplexidade tamanha a ponto de transformar o olhar do homem e

²² Para este texto especificamente serão usadas as obras de Arendt (2009a; 2009b; 1989).

²³ Autores como Jean Paul Sartre, Albert Camus, Primo Levi, dentre outros que faziam parte de diferentes áreas como História, Literatura, Política e Filosofia apresentam essa sensação de desconforto.

²⁴ Hegel trabalha com a idéia de que a história é a história do desenvolvimento do Espírito humano das trevas da escravidão para a igualdade e liberdade possibilitada pelo reconhecimento universal de todos os indivíduos. A dialética hegeliana caracterizava-se por sua ênfase na ação negadora como aquela que possibilitaria a mudança de uma determinada realidade por meio de sua negação e supressão que por sua vez se transformaria em algo novo e assim por diante.

suas expectativas em relação ao futuro. Este se transformou em algo amedrontador, para o qual as pessoas passaram a olhar com medo e desconfiança. Este novo olhar para o futuro provocou o que Gumbrecht (1999, p. 469)²⁵ relaciona a um alargamento do presente, que é caracterizado por uma lacuna cada vez maior entre o passado e o futuro, e que por sua vez é marca da chamada crise do mundo contemporâneo. Segundo Arendt, sua maior evidência encontra-se na percepção de que os padrões morais e categorias políticas que compunham a continuidade histórica desde a tradição ocidental se tornaram inadequados, não só para oferecer regras para a ação, mas também para organizar a realidade histórica e os acontecimentos que acabaram por criar o mundo moderno. Além de se mostrarem ineficazes na formulação de perguntas relevantes no quadro de referência da perplexidade contemporânea (ARENDR, 2009b).

A questão de Arendt sobre a contemporaneidade refletida pelas conseqüências dessa quebra com a tradição implica o pensar e o repensar o conceito de história antigo e moderno e, portanto, o conceito de ação e a relação temporal entre passado, presente e futuro. É a ruptura em relação à tradição e a conseqüente ressignificação do conceito de história que permitiu a ação utilitária característica da era moderna e que teve graves conseqüências. Essa quebra é ela mesma fundamental para o advento do mundo moderno, pois os mundos projetados pela época moderna se mostraram ilusórios, mesmo com base em ações objetivadas e determinadas pelo princípio de meios e fins. E é em relação a essa ação utilitária e suas conseqüências que o homem, ao sair da ação para o pensar sobre ela, se deu conta das catástrofes provocadas e se encontra em um mundo de intensa perplexidade. De fato, a questão principal é que por meio da ação utilitarista, tudo se torna possível, fazendo com que os antigos eventos, fatos extraordinários feitos pelos homens e que indicavam a singularidade de cada homem em relação aos outros e sua liberdade, não encontrem seu lugar.

Partiremos da análise feita por Arendt dos conceitos de história antigo e moderno para uma melhor compreensão de como o conceito moderno de história

²⁵ O autor problematiza a relação entre a experiência da simultaneidade e a subjetividade. Concentra-se na coincidência temporal entre a emergência de um presente complexo e problematizações filosóficas da figura da subjetividade. Esta incompatibilidade entre um e outro poderia indicar certa crise da ação da maneira como Max Weber a conceituava.

possibilitou e está diretamente relacionado com a crise do mundo moderno descrita no capítulo anterior. De que maneira o tratamento filosófico da história, como veremos mais adiante por meio do tratamento dispensado à mesma por Hegel, é responsável pelo descolamento da hipótese da realidade realmente existente e permite ações não reflexivas que, no caso do Holocausto, por exemplo, justificaram meios determinados com intuito de produzir fins determinados. Ações baseadas na categoria de meios e fins e que, além disso, adquirem importância por meio da crença de que devem ser guiadas pela especulação, isto é, pelo tratamento filosófico da realidade.

Para Arendt, Heródoto visava com sua história, preservar aquilo que devia sua existência aos homens como uma evocação feita pela posteridade a respeito das ações de homens que viveram no passado. Nota-se a preocupação com a imortalidade, pois, a mortalidade era a marca distintiva do homem, da existência humana. Os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais não são vistos como parte da totalidade, mas sim como situações únicas e isoladas. Essas situações únicas, feitos e eventos, interrompiam o movimento circular da vida biológica. A história, portanto, tinha como tema os eventos, isto é, algo tão extraordinário que ultrapassava o movimento circular da vida e que podia atingir uma dignidade tamanha, capaz de conferir a esses eventos algum tipo de imortalidade. No mundo antigo esta tentativa de imortalizar os feitos humanos estava ligada à relação entre a natureza e a história. Essa relação denunciava a mortalidade dos homens e das coisas feitas por ele em relação à imortalidade da natureza e das coisas que existem por si mesmas, este era o pressuposto da historiografia. Nas palavras de Arendt:

“Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são precípeis, como que contaminados com a mortalidade de seus autores. Contudo, se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua precípeidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa, e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmos onde todas as coisas são imortais exceto os homens. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemósine, considerada portanto, como mãe de todas as demais musas” (ARENDETT, 2009b, p. 73)

A partir da leitura da tradição ocidental feita por Arendt, a história pode ser tomada como uma narrativa após o ato, narrativa essa responsável pelo

delineamento de um sentido e de uma continuidade histórica que por sua vez possibilitaria a conexão temporal necessária às mentes humanas para lidar com as dimensões temporais de passado, presente e futuro. Em virtude das características próprias da condição humana e por sua vez do conceito de ação vivido por essa tradição, a história tinha como razão e mesmo função garantir às futuras gerações uma segurança e estabilidade maior no que se referia ao mundo e aos negócios especificamente humanos, o que a ligava diretamente à possibilidade do aparecimento do homem enquanto homem na esfera pública. Para tanto as noções de causa e consequência ou de antes e depois se mostravam disponíveis no sentido de garantir a própria narrativa histórica. Por causa da artificialidade²⁶ das coisas humanas que compõem o mundo, essa narrativa futura seria responsável por deixar um legado, uma herança às novas gerações. Seria como uma garantia da estabilidade e mesmo realidade dos negócios especificamente humanos possibilitando a esses homens futuros uma melhor compreensão dos que passaram e agiram e, conseqüentemente, de si mesmos. Ao assegurar a realidade das coisas humanas, a história fazia-se responsável por blindar e garantir a continuidade de uma esfera na qual os homens podiam exercer sua liberdade ao aparecer por meio de sua singularidade diante dos outros homens. Em consequência destas conexões, as implicações da lacuna entre passado e futuro característica da contemporaneidade repercutem diretamente na discussão a respeito da história e de sua disponibilidade para os historiadores da atualidade. À medida que o presente se alarga, ou que é criado um vácuo entre passado e futuro, essa concepção de história, como uma narrativa capaz de conectar passado, presente e futuro, não encontra seu lugar e perde, portanto, sua capacidade de campo do conhecimento responsável pela garantia de um espaço público possibilitador da ação política e garantidor da liberdade dos homens. No campo intelectual a crise contemporânea refletiu-se no esfacelamento dessa tradição que ocorreu quando o homem se deu conta de que:

“[...] não havia mente alguma para herdar e questionar, para pensar sobre tudo e lembrar. O ponto em questão é que o acabamento de fato que todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada.” (ARENDDT, 2009b, p. 32)

²⁶ Aqui a idéia de artificialidade é contrária a de naturalidade e, portanto, ao que é dado ao homem.

O termo *Historie* associado ao lugar da História Mestra da Vida e que esteve vigente com mais força até o Renascimento designava a narrativa das diversas histórias que ensinavam o modo como os homens deviam agir para conquistar a glória no mundo público. A possibilidade da exemplaridade correspondia à idéia de que os homens daquele presente reagiriam às situações de forma análoga aos do passado, o que evidenciava a crença em uma realidade humana mais estável, característica do período (KOSELLECK, 2007). Segundo Koselleck, até então, qualquer tipo de novidade e de transformação social era tênue e ocorria de forma lenta, perdendo-se em meio à continuidade da realidade vivida²⁷. Essa leitura de mundo vinculava as expectativas do futuro às experiências do passado (KOSELLECK, 2007, p. 308)²⁸ que serviam de exemplo para a ação no presente. De acordo com a referência histórica tradicional, portanto, a tarefa do historiador era preservar para a posteridade as coisas que deviam sua existência aos homens. E a estabilidade do mundo estava ligada à possibilidade da existência duradoura de uma realidade especificamente humana, garantida tanto por um mundo artificial comum a todos os homens quanto pela existência de um espaço propício ao seu aparecimento enquanto seres singulares.

No pensamento arendtiano o viés de pensamento utilizado por Koselleck pode ser relacionado ao fato de que até a modernidade, a tradição filosófica dava conta da percepção da realidade vivida. Não é que não existissem novidades, mas

²⁷ A perspectiva universalista do Iluminismo não foi responsável pela coletivização somente do conceito de história. Ela se manifestou em relação a diversos outros termos do mundo moderno, entre os quais, os ideais iluministas de Liberdade e Igualdade. Esta transformação linguística manifestou sintomaticamente uma mudança que ocorreu na estrutura das relações sociais na passagem do mundo feudal para o mundo moderno. Refere-se a uma auto-representação do homem e do mundo que passa de uma imagem tripartida para outra que era compreendida em sua universalidade. A primeira dizia respeito a um mundo hierarquicamente dividido, no qual a possibilidade de mobilidade social era mínima em virtude da valorização da tradição aliada ao direito divino. A mudança dessa concepção para outra que considerava o homem em sua universalidade, isto é, no que ele tem de universalmente semelhante e não particularmente diferente em relação aos outros homens, introduziu a possibilidade de mudança. Os indivíduos vêem a possibilidade de mudança da realidade vivida para algo diferente do que era e do que jamais havia sido. Os ideais de Igualdade e mais ainda de Liberdade nunca antes vividos abriam espaço para a mudança daquela realidade hierárquica.

²⁸ Os termos experiência e expectativas aparecem neste texto em conformidade com o trabalho de Koselleck. Para ele esses termos funcionam como categorias meta-históricas que permitem ao historiador lidar com o tempo histórico, pois entrelaçam passado e futuro. Além disso, “[...] são adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.”. As categorias espaço de experiência e horizonte de expectativas aparecem como categorias adequadas ao estudo das relações dos indivíduos com o tempo e com isso se mostram também adequadas ao estudo específico deste trabalho que pretende analisar o fim da história vinculado a uma realidade na qual o espaço de experiência é cada vez mais distanciado do horizonte de expectativas.

sim que as explicações para os eventos se encontravam dentro de um quadro teórico de referência filosófica propício para seu aparecimento e para o acabamento dos acontecimentos. Na medida em que era garantida a hierarquia das atividades do labor, do trabalho e da ação e garantida também as especificidades dos espaços público e privado, fazendo com que a ação, isto é, o aparecimento do homem na esfera pública e em relação aos negócios políticos garantisse a cópia desse modelo de ação para as futuras gerações. Daí o fato de experiência e expectativa, isto é de passado e futuro possuírem uma conexão.

O moderno conceito de história, *Geschichte* ou História traz consigo uma distância bem marcada entre as experiências do passado e as expectativas do futuro. O conceito singular coletivo da história tem como uma de suas principais características o tempo como agente próprio de mudança, o que abria espaço para um futuro novo, totalmente diferente do passado. Com a possibilidade do novo introduzida no horizonte de expectativas dos indivíduos, as experiências do passado não poderiam servir como exemplo para a ação no presente. O programa iluminista para a história, da maneira como Ernest Cassirer o descreve, não consistia apenas na descrição da seqüência cronológica dos eventos, mas, e principalmente, era responsável pelo delineamento de um sentido histórico por meio da conexão dos mesmos. Esse sentido denominava-se progresso, o que aponta para um futuro não apenas diferente do passado, e sim melhor (KOSELLECK, 2007). Em relação a esse futuro o passado se tornava menos relevante e sem a antiga qualidade exemplar para a ação no presente, fazendo com que sua importância se encontrasse no fato de propiciar o que viria depois ao servir como um elo em direção a esse futuro onde se desejava chegar (KOSELLECK, 2007, p. 52)²⁹. Tal abandono do passado relacionado à ascensão de um olhar voltado para o futuro, presente no conceito moderno de história, relaciona-se aquilo que Arendt assinala como a quebra da tradição. Essa quebra,

²⁹ “A idéia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior da humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder perante o qual o homem pode creditar-se responsável ou em cujo nome pode acreditar estar agindo. O advento da idéia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e lingüístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos, o Progresso, das muitas revoluções “La Révolution”. A Revolução Francesa marca uma relação de ruptura com o passado e possibilidade de mudança para algo totalmente novo.” (KOSELLECK, 2007, P.52.)

bem como o próprio conceito mencionado e a redefinição da hierarquia das atividades da *vita activa*, é relacionada pela autora a um evento bem marcado da chamada ciência moderna: a invenção do telescópio. A descoberta de que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário teve conseqüências ímpares no pensamento dos atores da época e provocou uma recusa de toda a filosofia e pensamento tradicionais gerada pela dúvida com relação à segurança daquela forma de conhecer. O *cogito* cartesiano foi a primeira resposta diante desta perplexidade, na medida em que é caracterizado por uma certeza que deixa o mundo para encontrar abrigo no eu, na subjetividade³⁰. A noção de que a verdade do conhecimento poderia ser atingida pela contemplação tanto das coisas naturais como das coisas humanas, dadas aos olhos, foi interrompida pela falta de garantia de segurança dessa forma de conhecer. A partir desse momento o conhecimento filosófico contemplativo perde espaço para o conhecimento que visava atribuir um sentido a tudo que via e que presenciava. A verdade não estava disponível por si mesma, deveria ser encontrada não através do que, mas através do processo, de como as coisas aconteciam.

A negação da tradição teve como conseqüência a disposição de uma nova hierarquia entre aquelas atividades humanas relacionadas à *vita activa*. A realidade exterior ao homem foi tomada como um torvelinho sem sentido, no qual somente poderia encontrar incerteza, confusão e desorganização. E o mais marcante foi que a certeza de um conhecimento seguro veio especificamente do próprio homem, por intermédio de um objeto fabricado por suas mãos. De acordo com esse acontecimento, a Razão do século XVIII pôde ser interpretada como um novo método de filosofar associado ao método da nova ciência da natureza e caracterizava-se pela busca do enfrentamento com os fatos e a empiria sem recusá-los³¹. Para tal as leis ganhavam cada vez mais importância em virtude da idéia de que subjacente aos fatos empíricos existiria uma ordem de necessidade

³⁰ Esta subjetividade é vista por Arendt como mais um indício da alienação do mundo iniciada pelos atores da época moderna. Essa alienação é conseqüência da insegurança relacionada à realidade exterior. O *cogito* cartesiano é um exemplo dessa alienação, na medida em que o sujeito pretende sair cada vez mais da esfera dos negócios humanos para uma segurança que somente poderia ser garantida no eu, na subjetividade.

³¹ Newton tornou-se o modelo para pensar esse novo tipo de razão analítica na qual a experiência vira parte da hipótese na busca pela formulação de leis. Newton trabalhava com a idéia do desvelamento, isto é, com a idéia de que é possível trazer à tona algo que sempre esteve oculto pela cegueira da experiência sensível. Não havia apenas observação, mas, sim, a formulação de hipóteses que podem ser experimentadas por intermédio do empírico observado.

que somente poderia ser estabelecida a partir de uma razão sistemática que submetesse a elas todo caos fenomênico. Como mencionado, esse mesmo raciocínio pôde ser levado para a história (CASSIRER, 1993). A idéia de que havia uma ordenação das coisas do mundo que não eram captadas pelos sentidos, mas que podiam ser desveladas, passou a fazer parte do entendimento do que era e poderia ser a história. Essa transformação sofrida pelo conceito relacionava-se à tentativa de ultrapassar a desconfiança do século XVII com relação aos fatos aparentemente desconexos da realidade histórica e provar que existia uma ordenação, pois os fatos e eventos passaram a ser entendidos como a revelação de algo que estava subjacente aos mesmos. A Filosofia da História, termo inventado por Voltaire para expressar a necessidade de mudar o modo de conhecer a história para que ela saísse do caos e da infinitude e se tornasse inteligível, dava conteúdo à história do pensamento humano. É esse moderno conceito de história que permite a narrativa característica dos saltos de progresso da humanidade e salienta a existência de um *télos*, isto é, de um fim e uma finalidade objetivos.

O moderno conceito de história advém, portanto, do moderno conceito de natureza. Na era moderna, houve a descoberta da história como uma nova ciência que deveria seguir os padrões da ciência da natureza. Aqui há o problema da objetividade científica do século XIX relacionado à imparcialidade. A imparcialidade homérica relacionava-se ao pressuposto de que as grandes coisas são auto-evidentes e brilham por si mesmas. Para os antigos, essa grandeza era identificável com o que aspirava a imortalidade e inclui o desprezo por tudo que meramente sobrevém e se extingue por toda vida individual, incluindo a própria. Na moderna discussão sobre objetividade na ciência histórica encontra-se o fato de que nenhuma das condições, quer da imparcialidade quer da objetividade estarem presentes na época moderna. Isto porque na era cristã, diferentemente das antiguidades grega e latina, a relação entre vida e mundo era oposta. Na vida sagrada cristã, o homem é o ser supremo sobre a Terra. A convicção interior da sacralidade da vida desemboca na importância decisiva do auto-interesse, ainda tão proeminente em toda a filosofia política moderna. Nas palavras de Arendt:

“Desde que fizemos da vida nossa suprema e primacial preocupação, não nos resta espaço para uma atividade baseada no desprezo por nosso próprio interesse vital. O desprendimento pode ser uma virtude religiosa ou moral; dificilmente será uma virtude política. Sob essas condições, a objetividade perdeu sua validade na experiência, divorciou-se da vida real e tornou-se a estéril questão acadêmica que Droysen corretamente denunciou como eunuca.” (ARENDDT, 2009b, p. 83)

A moderna idéia de história, estimulada pela dúvida acerca da realidade de um mundo exterior dado objetivamente a percepção humana como um objeto imutado e imutável, produziu como conseqüência a subjetividade, isto é, a sensação como mais real que o objeto sentido. Esta subjetivação é um aspecto ainda crescente da alienação do mundo. O homem em sua busca pela verdade e pelo conhecimento não pode mais confiar nem na evidência dada aos sentidos, nem na verdade inata da mente e nem na luz interior da razão. A desconfiança nas faculdades humanas tem sido uma das condições mais elementares da época moderna e do mundo moderno. Para nosso conceito de história a versão positiva de subjetivismo teve conseqüências muito mais imediatas, pois, embora o homem parecesse incapaz de conhecer o mundo dado que ele não fez, devia ser capaz de conhecer ao menos aquilo que ele fez. Por isso, desde o século XVII a preocupação dominante da investigação científica são os processos sendo a atenção deslocada do o que para o como. E nesse contexto a história emerge como o grande processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência deveu-se única e exclusivamente a raça humana. No processo há a dissociação entre o concreto e o geral, entre o singular e o universal conferindo a seqüência temporal importância e dignidade que jamais tivera.

3.1 A história em Hegel

Hegel foi o primeiro filósofo a conceber a história como disciplina central para o conhecimento seguro. Suas lições sobre a Filosofia da História têm como objeto a filosofia da história universal. O universal para esse filósofo ganha importância genuína, na medida em que visa uma lei geral, universalmente válida, para o caminho percorrido pela história de toda a humanidade. Em relação ao que é a história e ao que é a história universal, afirma que não são necessárias maiores explicações, porém chama atenção para a palavra filosofia e para o fato de que tratará filosoficamente a história. O que significa tratar filosoficamente a história para Hegel? E quais as conseqüências desse tratamento de acordo com o

pensamento arendtiano? Para Hegel filosofia da história é a consideração pensante da mesma, pois à filosofia são atribuídos pensamentos próprios, que a especulação produz por si mesma, sem consideração ao que existe. É com esses pensamentos que Hegel se dirige à história tratando-a como um material e não a desejando tal como é. Dessa forma a disponibiliza ao pensamento e produz uma história a priori. Essa concepção de história tem como pressuposto que a razão governa o mundo, e que, portanto, a história universal também é um processo racional.

A passagem acima demonstra bem a problematização feita por Arendt dessa concepção de história a partir de diferentes pontos. O primeiro deles é a necessidade visível, e até mesmo a irritabilidade apresentada pelos homens modernos em relação à contingência e desorganização dos eventos terrenos e a possibilidade de tornar esses eventos inteligíveis. A tentativa de tratar a história de maneira filosófica faz transparecer essa irritação, na medida em que há a crença de que subjacente à aparente desconexão dos fatos empíricos existiria uma ordenação que pode ser conhecida por meio da formulação de leis advindas da especulação, que não necessariamente se guiam pela realidade existente. Realidade que é deixada de lado, justamente por sua desorganização, pela crença de que essa realidade não é preparada para o conhecimento seguro. O segundo é a ligação desse tratamento dado à história à possibilidade de ação baseada na especulação, em hipóteses que nada têm a ver com a realidade realmente existente, mas acabam transformando-se em realidade. Um exemplo das conseqüências desse tratamento é justamente a tomada dos judeus como bode expiatório em relação às dificuldades atravessadas pela Alemanha após a Primeira Grande Guerra, hipótese essa que apesar de totalmente descolada da realidade possibilitou as ações que desembocaram no Holocausto.

A consideração filosófica da história tinha como objetivo eliminar o contingente. Aqui faz-se possível entrar numa discussão sobre a retirada da possibilidade da liberdade pela ação e pela imaginação característica do Iluminismo e da História Filosófica. Pois, de acordo com a concepção clássica da hierarquia das atividades da *vita activa* referente a própria condição humana, tudo que é advindo da ação entre homens é contingente, não segue uma direção determinada e nem possível de ser desvendada por sua ligação com as condições

humanas da pluralidade e da natalidade. Por sua ligação com o fato de que a cada nascimento novos iniciadores serão colocados no mundo e aparecerão ao mesmo através da ação e do discurso de maneira singular e diferente da de todos os outros que já existiram ou possam vir a existir. A contingência é inerente aos fatos, apesar da concepção moderna de história ter querido tirar dela esse caráter. Daí a ligação realizada pela época moderna dos fatos e acontecimentos à necessidade, o que tira seu caráter de liberdade implícito, na medida em que cada homem é livre para se colocar perante o mundo de sua maneira, como ser singular, mesmo que igual biologicamente, e onde a liberdade humana garante a possibilidade do novo, do inesperado e do imponderável. O mundo da vontade e da consciência moderno, ao contrário, não está entregue ao acaso, pois crê que nos acontecimentos dos povos há um fim último, que na história universal há uma razão, não a razão de um sujeito particular, senão a razão divina e absoluta que se revela no conhecimento da história universal.

Hegel trata o resultado do estudo da história universal como o conhecimento do curso racional e necessário do Espírito Universal³². Vê-se que a realização desse Espírito no mundo está ligada à necessidade, o que indica que os acontecimentos, os eventos aparentemente contingentes da história, são condicionados por esse Espírito. Nas palavras de Hegel:

³² O desenvolvimento do Espírito é para Hegel divino, porém, sem recorrer a Deus, e sim a razão. Além disso, o privilégio do Estado em Hegel como instituição privilegiada da História é o indício do processo de secularização do Cristianismo, do divino secularizado pela idéia de Geist. Aqui há mais um exemplo da diferença entre secularização e mundanização: na medida em que apesar de ser um pensamento secularizado, em nenhum momento é um pensamento que visa a aproximação do homem com o mundo, ao contrário, visa a explicação dos acontecimentos mundanos por meio de um conceito ou idéia que está além desse mundo apesar de materializado nele, isto é, o Espírito que se materializa por meio da Razão.

“O único pensamento que a filosofia aporta é a contemplação da história; é a simples idéia de que a razão governa o mundo, e que, portanto, a história universal é também um processo racional. Essa convicção, essa idéia, é uma pressuposição em relação a história como tal; na filosofia isso não é um pressuposto. Mediante o conhecimento especulativo, comprova-se que a razão – ficamos com essa expressão sem discutir a reação e a ligação com Deus –, a substância como força infinita de toda forma de vida natural e espiritual, e também a forma infinita a realização de seu próprio conteúdo. A substância é pois aquilo através do qual e no qual toda realidade tem seu ser e sua existência. Ela é a força infinita, porque a razão não é tão impotente ao ponto de ser apenas um ideal, um simples dever ser, que não existiria na realidade, mas que se encontraria quem sabe onde, por exemplo, na cabeça de alguns homens. Ela fornece à elaboração de sua própria atividade, pois ela não carece, como no ato finito, de materiais externos e de meios dados que lhe ofereçam alimentos e objetos. Ela se nutre de si mesma, é o seu próprio pressuposto e seu objeto é o objeto final absoluto. Assim ela própria realiza sua finalidade e a faz passar do interior para o exterior, não apenas no universo natural mas também no universo espiritual – na história universal. Tal idéia é o verdadeiro, o eterno, a potência pura e simples, que se manifesta no mundo e somente ela se manifesta, sua honra e magnificência: eis o que a filosofia demonstra, como dissemos, e aqui se pressupõe demonstrado.” (HEGEL, 2008, p. 17)

A partir dessa citação há certo delineamento da tentativa de aprofundamento do conceito moderno de história que por sua vez possibilitará uma melhor compreensão do desconforto contemporâneo presente no trabalho de Hannah Arendt e que é diagnosticado pela mesma como causado por uma nova ruptura, a do mundo moderno com a modernidade. O conceito de filosofia da história presente em Hegel apresenta através dessas passagens algumas características relevantes, tanto no que diz respeito à relação com sua época quanto demonstra características criticadas e repensadas por Arendt ao abordar a modernidade e suas conseqüências. A passagem mostra uma tentativa de uma abordagem filosófica da história. De acordo com o pensamento hegeliano há o seguinte esquema: Deus é secularizado pela idéia de *Geist* que por meio da razão realiza-se no mundo através da história universal que, por sua vez, é um processo racional. A validade da filosofia como conhecimento especulativo comprova-se na Razão que não só possui matéria infinita, como também, forma infinita, o que garante a possibilidade do historiador filósofo, ao contemplar a história com a mente aberta à especulação, conhecer sua forma, isto é, sua idéia que é materializada por meio dos acontecimentos e da evolução terrena da humanidade.

É importante perceber que a filosofia hegeliana, apesar de ser exemplo da concepção moderna de mundo, ainda, em certo sentido, se aporta na tradição

filosófica de pensamento. A filosofia aqui, continua, apesar de tentar o contrário, ligada a uma concepção metafísica, na medida em que é um conceito, uma idéia que realiza seu conteúdo materialmente e espiritualmente no mundo. Sendo a história universal a própria história da plena realização do Espírito no mundo através da força da razão. Logo, esta realização é já pré-condicionada e pré-determinada pelo Espírito e pela narrativa do historiador filósofo que olhará para a história com o intuito de realizar uma interpretação desse conteúdo e desta evolução. A partir daí, pode-se fazer uma ligação dessas características com a crítica realizada por Arendt a respeito de Hegel e, depois dele, de Marx. Além disso, há também uma crítica ao próprio conceito que mais uma vez desabona as características da *vita activa* e, principalmente, se distancia da principal característica da condição humana que é a liberdade e sua imprevisibilidade e ilimitação, relacionando-se à surpresa característica daquilo que é inesperado.

Logo, por mais que os homens modernos tivessem em mente uma tentativa de conhecimento seguro a partir de uma filosofia que quebra com a tradição e que pretende ser uma outra forma de conhecer, não fazem mais do que continuar com uma concepção metafísica de mundo, porém agora com a ação ligada à fabricação, ao invés de promoverem uma outra e real maneira de filosofar. Essa tentativa não conseguiu dar respostas aos questionamentos provocados pela certeza de que o conhecimento seguro não mais poderia ser dado metafisicamente. O conhecimento continuou metafísico com a diferença de que agora a ação não era mais ligada ao que realmente deveria ser, mas sim invertida e manipulada ao ponto de ser somente um meio para se atingir um fim determinado e previsível que se afasta muito mais da realidade do que a antiga forma de conhecer.

Hegel pretende apresentar os três modos de tratamento da história (original, refletida e filosófica) e apresenta a impossibilidade de ainda lidar com a história como a característica da *Historia Mestra da Vida* ao fazer um panorama de sua própria época como diferente da anterior e assim retrata o que é e ao que está ligado o conteúdo do conceito moderno de história. A questão do aparente antagonismo entre filosofia e história também é tratada no pensamento de Hegel. Esse aparente antagonismo encontra-se no fato de que à filosofia são atribuídas idéias próprias, que a especulação produz por si mesma e à história o pensar está

sempre subordinado ao real existente. Porém, encontra a possibilidade de união das duas, na medida em que relaciona os fatos aparentemente desconexos da realidade a uma ordenação que somente pode ser alcançada se o tratamento da história descolar a mesma da realidade, fazendo com que a mesma não seja deixada como ela é, isto é, como se apresenta no mundo subordinada aos acontecimentos, mas prepara-a para o pensamento na medida em que a constrói a priori. Em suas palavras:

“[...] é que quando não se traz para a história universal do pensamento, o conhecimento da razão, então deverse-ia pelo menos, ter crença real e insuperável de que a razão está na história e que o mundo da inteligência e da vontade consciente não esta entregue ao acaso, porém, deve-se mostrar à luz da idéia que se conhece.” (HEGEL, 1995, p.17)

De acordo com as características que Arendt atribui à ação, isto é, imprevisibilidade e ilimitação, esta passagem de Hegel pode exemplificar a tentativa dos homens modernos de retirar os acontecimentos do mundo do acaso. A busca pelo conhecimento seguro determinou o caráter da era moderna e dos homens que nela viveram, isso porque, tiveram que lidar com o susto de que sua forma de conhecer até então não passava de um terrível engano. Como foi mencionado, o fato do conhecimento seguro foi possibilitado por um instrumento criado pelo próprio homem e que possibilitava o conhecimento das leis e do processo pelo qual os acontecimentos se davam. Dessa maneira o homem se afastou cada vez mais de sua realidade, de sua condição humana que engloba a pluralidade, isso é, de que as ações realizadas na esfera pública não têm função determinada e fim específico, além de possibilitar o aparecimento do homem enquanto homem ao mundo e a seus pares e de que a história é tão somente a narrativa desses atos que são auto-evidentes, e não carecem da tentativa de achar qualquer tipo de ordenação e de leis subjacentes aos mesmos.

Para Hegel, diferentemente de Arendt, o material no qual o fim último da liberdade é materializado, é o Estado. Este é para Hegel a realização material da liberdade absoluta que é a finalidade absoluta do Espírito. O homem só alcança valor e realidade espiritual mediante o Estado que é aquele que realiza a própria história e que assim como ela terá um fim quando essa idéia de liberdade característica do Espírito for realizada no próprio homem. Portanto, assim como o Estado, a própria história teria um fim. Em suas palavras:

“Já apresentamos anteriormente os dois momentos. O primeiro da idéia de liberdade como fim absoluto; o outro: seu meio, o lado subjetivo do saber e do querer com a sua vitalidade, ação e atividade. Reconhecemos então, o Estado como a totalidade moral e a realidade da liberdade – portanto, como a unidade objetiva desses momentos.” (HEGEL, 1998, p. 47).

O conteúdo determinado que recebe a forma de universalidade e que existe na realidade concreta do Estado é, para Hegel, o próprio espírito do povo. Sendo a moralidade a unidade da vontade subjetiva e da vontade racional. No curso da história universal, o princípio de desenvolvimento está ligado, para o filósofo, às transformações que ocorrem no campo espiritual, isto é, na cultura. Esse fenômeno do espiritual mostra, de maneira geral, uma determinação diferente entre os homens e os objetos naturais, nos quais sempre se manifesta um caráter único e estável. A esfera da cultura humana é a esfera para a qual se reverte toda a possibilidade de mudança, vale dizer, uma capacidade real de transformação e para melhor – relacionado em Hegel ao chamado impulso de perfectibilidade. Hegel mesmo define que em sua realidade linguística a história une tanto o lado objetivo quanto o lado subjetivo, isso é, significa tanto fato quanto narrativa. Acredita que essa união de ambas as significações deve ser considerada como algo que está acima das contingências exteriores. Deve-se levar em consideração que as narrativas históricas aparecem simultaneamente às ações e aos acontecimentos históricos, pois há um fundamento que os cria juntos. O fato de o conceito central na metafísica hegeliana ser a história, já implica uma novidade, na visão de Arendt, pois antes, a verdade e a revelação do ser eterno, que para Hegel é o Espírito, eram buscadas em toda parte, exceto na esfera dos problemas humanos (ARENDR, 2009b, p. 111).

A concepção de história do mundo moderno deve sua existência ao período de transição em que a confiança religiosa na vida imortal perde sua influência sobre o secular e em que a nova indiferença em relação à questão da imortalidade ainda não nascera. Na época moderna a história pode assegurar imortalidade sobre a Terra de maneira muito semelhante àquela em que a pólis grega havia garantido à vida e aos feitos humanos. Na pólis havia a dupla infinitude do processo histórico (passado infinito/futuro infinito) de um espaço e de um tempo em que a noção de um fim era inconcebível. Ao historiador restava a contemplação dos fatos e a narrativa dos mesmos que eram evidentes por si

mesmos. Com a convicção da época moderna que o homem só pode conhecer o que ele mesmo fez, houve a glorificação da ação ligada à fabricação e que afastava a antiga atitude basicamente contemplativa do historiador e da consciência histórica em geral.

3.2 As implicações do moderno conceito de história na visão arendtiana.

De acordo com o que foi desenvolvido acima, pode-se dizer, nas palavras de Arendt, que a idade moderna produziu uma nova e radical Filosofia Política e pela primeira vez filósofos dispostos a orientar-se conforme as exigências da esfera política. Nas palavras de Arendt: “[...] pode-se dizer que a transformação hegeliana da Metafísica em uma Filosofia da História foi precedida por uma tentativa de desvencilhamento da Metafísica por uma Filosofia da Política”. (ARENDR, 2009b, p. 111) O súbito aparecimento do conceito de História no último terço do século XVIII provocou o declínio de interesse no pensamento puramente político. Daí a noção de fazer história de Marx. Em Vico e em Hegel a importância do conceito de história era puramente teórica, pois não utilizavam a mesma como um princípio de ação. A verdade era revelada pelo vislumbre contemplativo e retrospectivo do historiador. Em Marx, com a idéia do fazer história, há a utilização do conceito como um princípio de ação com profunda combinação com as filosofias políticas das primeiras etapas da era moderna. Aqui, os desígnios superiores característicos da idéia de realização do Espírito no mundo, presente em Hegel, por exemplo, se tornaram fins intencionais da ação política. Dessa forma a filosofia de Marx se baseava na preocupação hegeliana com a história, porém com a politização do historiador e filósofo e a identificação da ação com o fazer e o fabricar. Nas palavras de Arendt:

“O perigo de transformar os desígnios superiores desconhecidos e incognoscíveis em intenções planejadas e voluntárias estava em se transformarem o sentido e a plenitude de sentido em fins, o que aconteceu quando Marx tomou o significado hegeliano de toda a história, o progressivo desdobramento e realização da idéia de liberdade, como sendo um fim da ação humana, e quando, além disso, em conformidade com a tradição, considerou esse fim último como produto final de um processo de fabricação. [...] Contudo, nem a Liberdade nem qualquer outro significado podem ser jamais o produto de uma atividade humana no sentido de que a mesa é, evidentemente, o produto final da atividade do carpinteiro.” (ARENDR, 2009b, p.113)

A crescente ausência de sentido do mundo moderno é prenunciada nessa identificação entre sentido e fim característica da modernidade. A versão que buscava derivar a política da história ou a consciência política da consciência histórica foi uma tentativa de escapar às frustrações e à fragilidade das ações humanas construindo-a à imagem do fazer. E o que distingue a teoria do próprio Marx das demais teorias em que a noção do fazer história encontrou abrigo é ter atentado para o fato de que, se a história é tomada como um objeto de fabricação, em algum momento esse objeto deve ser completado e que, na medida em que se imagina que é possível fazer história não se pode escapar à consequência de que haverá um fim para a mesma. Em Marx o processo da história que se prolonga por um futuro e um passado infinitos foi abandonado em função de um processo, isto é, de fazer algo que possui um início e um fim. Este processo é incapaz de garantir ao homem qualquer imortalidade porque cancela e destitui de importância o que quer que tenha vindo antes. Com as filosofias utilitaristas da primeira fase da revolução industrial há o surgimento da ausência de sentido e o fascínio pela possibilidade de manufaturar, portanto, de pensar as coisas como meios e fins, categorias cuja validade obtinha sua origem e justificação na experiência de produção de objetos de uso. Para Arendt:

“O problema está na natureza do quadro de referencia categórico de meios e fins, que transforma imediatamente todo fim alcançado nos meios para produzir um novo fim, como que destruindo assim o sentido onde quer que este se aplique, até que, no decurso do aparentemente interminável questionar utilitarista: ‘Para que serve?’, em meio ao aparentemente interminável progresso onde a finalidade de hoje se torna o meio de um amanhã melhor, surge a única questão que nenhum pensamento utilitarista pôde jamais responder: ‘E para que serve servir?’” (ARENDR, 2009b, p.115)

O que ocorreu na verdade foi, para Arendt, uma confusão entre padrão e sentido que, assim como a verdade, se descobre e se revela. De acordo com Arendt, a Filosofia política de Kant foi o marco no deslocamento da preocupação inicial com a política para a posterior preocupação com a história. Pois, apesar de lamentar o curso sem sentido dos negócios humanos:

“[...] Kant viu também aquilo que os outros haviam visto antes dele: uma vez que olhamos para a história em seu conjunto, e não para acontecimentos isolados e para as eternamente frustradas intenções de agentes humanos, tudo faz sentido subitamente, pois, há sempre, pelo menos, uma história a contar. O processo como um todo parece ser guiado por uma intenção da natureza, desconhecida pelos homens em ação, mas compreensível aqueles que os sucedem. Ao perseguirem seus próprios alvos sem rima ou razão os homens parecem ser conduzidos pelo fio condutor da razão.” (ARENDDT, 2009b, p. 117)

Com a secularização houve o renascimento do antigo desejo de alguma espécie de imortalidade terrena, e a ação humana em seu aspecto político deve parecer inadequada para atender as demandas dessa nova era. Portanto, sob o ângulo da realização a ação parece ser mais fútil e frustradora do que as atividades de trabalhar e produzir objetos. Os feitos humanos precisam ser rememorados para que não pereçam e caiam no esquecimento, portanto, dificilmente sobrevivem à própria atividade e jamais podem aspirar por si mesmos a permanência que até mesmo objetos de uso ordinário possuem. A história passa a ser a dimensão pela qual os homens se reconciliam com a realidade. Além disso, em sua versão moderna a história era vista como um processo que encontrou afinidade com a ação que consiste acima de tudo em iniciar processos. Ação essa que foi relacionada à fabricação como uma maneira de garantir o controle da mesma. Com a invenção do ator que se esconde nos bastidores e que não corresponde a qualquer experiência real, a história resultante da ação é falsamente interpretada como história fictícia, na qual um autor puxa os cordões da peça e a dirige. Porém:

“A diferença entre a história real e a ficção é precisamente que esta última é feita enquanto a primeira não o é. A história real, em que nos engajamos toda a vida não tem criador visível ou invisível porque não é criada. O único alguém que ela revela é o seu herói; e ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente tangível *ex post facto* através da ação e do discurso. Só podemos saber quem um homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói, em outras palavras, sua biografia, tudo o mais que sabemos ao seu respeito, inclusive a obra que ele possa ter produzido e deixado atrás de si, diz-nos apenas o que ele é ou foi.” (ARENDDT, 2009a, p. 199).

Herói designava qualquer homem livre que tivesse participado da aventura troiana e que pudesse contar uma história. A conotação de coragem já está de fato presente na disposição de agir e falar, de inserir-se no mundo e começar uma história própria. A primeira característica da ação é que ela viola todos os limites. A segunda característica é sua imprevisibilidade. Esta última decorre diretamente

da história que, como resultado da ação, se inicia e estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. Seja qual for a natureza e o conteúdo da história subsequente seu pleno significado somente se revela quando ela termina. Portanto, a ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador. Há íntima relação entre a imprevisibilidade do resultado e o caráter revelador da ação e do discurso: o agente se revela sem que se conheça a si mesmo ou saiba de antemão quem revela.

A solução grega para este caráter da ação é refletida na idéia de *daimon* que segue o homem durante toda a sua vida e é sua identidade inconfundível, mas que só transparece e é visível para os outros. Essa identidade da pessoa se revela de modo intangível na ação e no discurso, e só se torna inteligível na história do indivíduo que age e fala. É a essência humana e não a natureza humana que indica quem o homem é e só passa a existir depois que a vida se acaba deixando atrás de si uma história. Neste sentido, Aquiles é o herói por excelência, pois, condensa toda a sua existência em um único feito, e através de sua morte prematura escapa às conseqüências da continuação do que iniciou, de modo que a história do ato termina ao mesmo tempo em que a vida. Aquiles depende do contador de história e do historiador, é o único herói que põe nas mãos do narrador o pleno significado de seu feito. Esse conceito de história é individualista, porém, destaca o anseio de auto-revelação à custa de todos os outros fatores e fica por isso isento do problema da imprevisibilidade. Esse passou a ser o protótipo da ação na Grécia Antiga.

A função da pólis era em primeiro lugar multiplicar as possibilidades de fama imortal, multiplicar para cada homem a possibilidade de distinção de revelar em atos e palavras sua identidade singular e distinta. Em segundo remediava, de certa maneira, a futilidade da ação e do discurso. Em outras palavras: “[...] a convivência dos homens sob a forma de pólis parecia garantir a imperecibilidade das mais fúteis atividades humanas – a ação e o discurso – e dos menos tangíveis e mais efêmeros produtos do homem – os feitos e as histórias que deles resultam.” (ARENDRT, 2009a, p. 210) Foi essa ausência de relacionamento humano e essa preocupação fundamental com mercadorias permutáveis que Marx denunciou como a desumanização e auto-alienação da sociedade comercial, que de fato,

exclui os homens e, numa surpreendente inversão da antiga relação entre público e privado exige que eles se revelem somente no convívio familiar ou na intimidade dos amigos.